

# Sai Janot, entra Raquel Dodge, e Brasil passa a ter 4 mulheres no topo da Justiça

*Indicada pelo presidente Michel Temer, Raquel Dodge será a primeira mulher a comandar a Procuradoria Geral da República (PGR).*

**[\(HuffPost Brasil, 17/09/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Indicada pelo presidente Michel Temer para substituir Rodrigo Janot, Raquel Dodge será a primeira mulher a comandar a Procuradoria Geral da República (PGR).

Ela toma posse nesta segunda-feira (18) e tem a imagem de uma [mulher firme, ambiciosa, disciplinada e discreta](#), de acordo com aqueles com quem convive.

A procuradora geral [estará à frente de discussões importantes que movem o País, como o combate à corrupção, a revisão da lei da anistia e a violência contra à mulher.](#)

Ainda em julho, Dodge enfrentou uma sabatina no Senado e foi aprovada para ocupar a cadeira por 74 votos favoráveis ao seu nome.

Na sabatina, Dodge prometeu continuar o combate à corrupção na Operação Lava Jato e defendeu a prisão após condenação em segunda instância. Ela admitiu a possibilidade de rever delações premiadas e criticou abusos em conduções coercitivas e prisões preventivas.

Para além da operação, a procuradora defende a revisão da Lei da Anistia - medida criticada por não ter punido agentes do Estado que cometeram crimes durante a ditadura militar. Ainda, se colocou à disposição para trabalhar junto com a Procuradoria da Mulher no enfrentamento ao feminicídio e a violência contra a mulher.

Ao ocupar o cargo, Dodge passa a fazer parte de um grupo composto por

outras três mulheres que desafiam a lógica estrutural do Brasil e ocupam os mais altos cargos das principais instituições jurídicas.

São elas: [Cármen Lúcia](#), a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF); [Laurita Vaz](#), que preside o Superior Tribunal de Justiça (STJ), e ainda [Grace Mendonça](#), a primeira mulher no comando da Advocacia-Geral da União (AGU).



Raquel Dodge (Foto: Adriano Machado / Reuters)

### **A desigualdade de gênero no Poder Judiciário**

De acordo com dados do Poder Judiciário, as mulheres compõem cerca de 37% dos postos de trabalho e é na Justiça Federal que há a mais intensa sub-representação delas: [74% dos juízes federais são homens.](#)

Patricia Tuma Martins Bertolin, autora do livro recém-lançado *Mulheres Advogadas: Perfis Masculinos de Carreira ou Teto de Vidro*, destaca que Cármen Lúcia, Laurita Vaz, Grace Mendonça e Raquel Dodge são exceções.

“À medida que a carreira avança, [as mulheres] vão ficando pelo caminho por

que veem que não vão chegar ao topo. A maioria das que ascenderam conseguiram fazê-lo antes de serem mães”, [explica em entrevista à BBC Brasil](#).

Os números que mapeiam a desigualdade de gênero no Judiciário são apenas alguns dos obstáculos que as mulheres do setor tem de enfrentar.

Ainda este ano, um episódio de *manterrupting* ou *mansplaining* envolvendo a ministra Carmem Lúcia ganhou repercussão dentro e fora do tribunal.

A presidente do STF aproveitou o momento para dar o recado: “Não nos deixam falar, então nós não somos interrompidas”, [disse após “dar uma bronca” no ministro Luiz Fux, por ter interrompido uma fala da ministra Rosa Weber](#).

Mulheres são interrompidas, em média, três vezes mais do que os homens. O dado é de uma pesquisa feita por Tonja Jacobi e Dylan Schweers, da Escola de Direito Northwestern Pritzker School of Law, de Illinois, em Chicago, nos Estados Unidos, que descobriu o [efeito do gênero, do posicionamento político e da idade nos debates dentro da Suprema Corte americana](#).

O estudo foi [divulgado](#) em março deste ano e citado por Carmem Lúcia em sua fala em sessão no STF:

“Foi feita agora uma pesquisa, já dei ciência à ministra Rosa, em todos os tribunais constitucionais onde há mulheres, o número de vezes em que as mulheres são aparteadas é 18 vezes maior do que entre os ministros... E a ministra Sotomayor [da Suprema Corte americana] me perguntou: como é lá? Lá, em geral, eu e a ministra Rosa, não nos deixam falar, então nós não somos interrompidas.”

Diante de tantos desequilíbrios de tratamentos e representatividade, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) [instituiu a Comissão do Acompanhamento do Trabalho da Mulher no Judiciário em março deste ano](#).

Para a coordenadora da comissão, a juíza federal Clara da Mota Santos Pimenta, é necessário uma pesquisa para identificar os “entraves visíveis e invisíveis que as mulheres têm encontrado para sua ascensão na

magistratura e por que chegamos a esses números se temos um número de inscritas quase paritário com os homens”.

*Ana Beatriz Rosa*